

Desmate cresce 27% na Amazônia; governo exime Código Florestal

O sistema de monitoramento por satélite Deter, do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), conseguiu detectar um aumento de aproximadamente 27% do desmatamento nos nove Estados da Amazônia Legal acumulado entre agosto do ano passado e abril, se comparado com o mesmo período anterior.

A área desmatada passou de 1.455 km² para 1.848 km².

Durante a divulgação dos dados nesta quarta-feira, Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente, classificou a situação de preocupante e disse que o governo criou um gabinete de crise para lidar com o aumento, mas negou que ele tenha relação com a discussão sobre o Código Florestal.

Essa versão já vinha sendo adotada pelo próprio Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Proprietários estariam desmatando na expectativa de serem futuramente anistiados pelas reformas no código.

Agora, Teixeira afirma não ter elementos para chegar à mesma conclusão. Ela esperará o relato de fiscais e as explicações dos governos estaduais para entender as causas do aumento.

O que mais chamou a atenção, disse, é o crescimento "anormal" de 47% em Mato Grosso.

No Estado, o desmate ocorreu com técnicas antigas e agressivas, como o "correntão", na qual tratores ligados por uma corrente varrem a floresta, derrubando as árvores no caminho.

Só entre março e abril, o salto no Estado foi de 444%: saiu de 75 km² para 408 km². É o maior número desde, ao menos, agosto de 2008.

Ela também se surpreendeu com o fato de algumas derrubadas terem ocorrido em propriedades com licenciamento ambiental. "Isso é inaceitável", disse.

OPERAÇÕES

O aumento detectado pelo Deter fez com que o Ibama concentrasse suas operações na Amazônia, conforme revelado pela Folha.

Se entre janeiro e maio de 2010 foram feitas 25 operações e embargados 4 mil hectares, nos primeiros cinco meses deste ano foram 58 operações e embargados 37 mil hectares.

Ela afirmou que o corte de R\$ 50 bilhões do Orçamento não afetará essas ações de fiscalização.

Fonte: Folha.com, João Carlos Magalhães